

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Sandra Mara Lopes Menegazzi

Valores, Ética e Cidadania:
Livros Paradidáticos para o público infanto-juvenil

Porto Alegre
1º Semestre 2011

Sandra Mara Lopes Menegazzi

Valores, Ética e Cidadania:
Livros Paradidáticos para o público infanto-juvenil

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial e obrigatório para aprovação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob a orientação da Profª Drª Tania Beatriz Iwaszko Marques.

Porto Alegre
1º Semestre 2011

Lemos para dar conta da realidade e de todos os desafios que dela recebemos ou a ela impomos. A cidadania é a referência maior. Uma democracia de qualidade só é possível com uma população que sabe pensar. Saber pensar inclui, entre outros ingredientes, saber ler (Demo, 2006).

AGRADECIMENTOS

É com muita felicidade que ao concluir este trabalho agradeço:

A Deus pela oportunidade de poder (re)começar uma nova etapa de minha vida;

Por ter saúde, amigos e uma família maravilhosa;

Pelo meu amado esposo Jorge e filhos Gabriel e Guilherme que estiveram presentes nos momentos em que estive angustiada, dando-me esperanças e incentivos quando eu desanimava;

Aos queridos tios Dinorá e Anselmo, pelo carinho e afeto dedicados a mim;

Às minhas amigas, pelos momentos em que estivemos na faculdade;

Aos professores que perpassaram minha vida e que através de seus ensinamentos contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa melhor;

Em especial à minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Tania Beatriz Iwaszko Marques, que, com sua sabedoria e suas palavras de incentivo, indicaram-me os caminhos necessários na busca de conhecimentos para a realização deste trabalho.

RESUMO

Por meio deste estudo foi realizada análise de quatro livros paradidáticos da *Coleção Valores*, destinados ao público infanto-juvenil, cuja temática está direcionada à conscientização de problemas sociais relacionados à cidadania, à ética e aos valores. O objetivo constitui em problematizar noções de valores e cidadania que circulam nestes materiais destinados ao público infanto-juvenil, saber que elementos estes livros trazem e se é possível através destes exemplares estabelecer um elo de comunicação entre o aluno, o livro e situações vividas em sociedade. O referencial teórico deste trabalho está apoiado principalmente na aprendizagem reconstrutiva defendida por Pedro Demo, nos escritos de Yves La Taille, especialista em Psicologia Moral, em Paulo Freire, por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. Alguns resultados deste estudo apontam que professores buscam, através destes instrumentos, promover no processo de formação da criança o ato de pensar criticamente em suas ações praticadas em determinadas ocasiões. As imagens contidas nos livros estão associadas a pequenos textos que levam à reflexão do aluno a respeito das situações ali representadas. É possível perceber que os professores utilizam esses materiais para tornar os alunos sujeitos do seu próprio desenvolvimento, materializando, no fazer com os outros, o respeito a princípios discutidos na sociedade e nos espaços familiar, escolar e social.

Palavras-chave: Séries Iniciais. Livros paradidáticos. Valores.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
1- Metodologia da pesquisa.....	09
2- A leitura como fonte de conhecimento.....	11
2.1- Livro didático e livro paradidático.....	13
2.2- Os primeiros livros para crianças.....	14
3- Investigando assuntos que circulam na sociedade.....	15
3.1 - Cidadania.....	16
3.2 - Ética e Moral.....	17
3.3 - Conversando sobre valores.....	18
4- Os livros como instrumentos e estímulos de princípios e valores para crianças.....	19
5- Os livros da Coleção Valores	20
6- Considerações Finais.....	32
7- Referências.....	34
8- Anexos.....	36

Introdução

Este trabalho trata de um estudo sobre o que nos revelam as leituras de livros paradidáticos destinados ao público infanto-juvenil cuja temática está voltada à conscientização de valores, à cidadania e à ética em sociedade. O objetivo consistiu em problematizar que noções de valores e cidadania circulam nesses materiais destinados ao público infanto-juvenil, saber que elementos estes livros trazem e se é possível através deles estabelecer um elo de comunicação entre o aluno, o livro e situações vividas em sociedade. Com base nestas informações, apresento um enfoque teórico que procure investigar quais as possibilidades oferecidas pelos livros paradidáticos cuja temática consiste em levar os alunos a refletir sobre seus atos no contexto no qual estão inseridos.

O referencial teórico está apoiado na aprendizagem reconstrutiva defendida por Pedro Demo, nos escritos de Yves La Taille, especialista em Psicologia Moral, e em Paulo Freire, que teve grande destaque por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência.

Meu interesse em analisar os livros paradidáticos que tratam de questões dirigidas a valores e padrões comportamentais situa-se no fato de querer averiguar no que esse material pedagógico pode auxiliar na formação crítica e autônoma de sujeitos em idade escolar, tema pensado a partir de uma observação em uma biblioteca de uma escola da rede privada.

Iniciarei este trabalho fazendo um relato sobre o que me motivou a escolher a temática desta pesquisa e nos procedimentos adotados para o estudo e seleção de materiais a serem analisados. A metodologia de pesquisa utilizada para o estudo dos livros paradidáticos buscou, através da literatura específica de alguns livros da *Coleção Valores*, subsídios para analisar problemas do cotidiano que envolvem questões de cidadania, ética e valores. O capítulo seguinte deste trabalho será um breve comentário sobre a necessidade do hábito de leitura e sua importância para o desenvolvimento intelectual dos sujeitos bem como à promoção da construção de cidadania. O tópico seguinte terá como investigação as diferenças, funções e os objetivos entre os livros didáticos e os livros paradidáticos. Após, apresentarei um breve histórico do surgimento das primeiras escritas de livros destinados às crianças

cujas temáticas estavam voltadas às questões moralizantes e/ou patrióticas, mostrando uma evolução neste tipo de escrita destinada ao público infantil agora na atualidade com uma literatura dispondo de um diversificado material de abordagem para diversos assuntos e áreas de conhecimentos. Para dar continuidade a minha pesquisa, investigo os assuntos que circulam na sociedade e causam inquietações aos indivíduos. Para um melhor entendimento, são trazidos os conceitos de cidadania, ética, moral e valores.

Em seguida, farei uma descrição sobre os livros que compõem a coleção que foi indicada pelo questionário aplicado às professoras dos anos iniciais¹. Analisarei quatro livros da *Coleção Valores*, buscando abordar os principais questionamentos que são feitos nestes livros, juntamente com a descrição das principais cenas que são mostradas nesses materiais.

Minhas análises apóiam-se nos estudos de La Taille, voltados à Psicologia Moral, em que trata de juízos e valores; nos estudos de Demo, no qual há um destaque à importância do hábito de leituras diversificadas, as quais podem proporcionar ao leitor a oportunidade de refletir sobre as ações do dia-a-dia, sinalizando que o ato de ler estimula o saber pensar e através dele são criados instrumentos que possibilitam entender e saber intervir em determinadas situações; e Freire, através de sua concepção em promover o indivíduo a uma educação/cidadania emancipatória, ou seja, aquela em que os indivíduos sabem o que querem, conhecem os motivos e maneiras de atuar para a construção de uma sociedade melhor.

¹ Designação conforme Lei 11.274, de fevereiro de 2006, que estabelece o Ensino Fundamental com duração de Nove Anos.

1- Metodologia da pesquisa

A escolha pela temática deste trabalho de Conclusão de Curso surgiu quando eu estava na biblioteca de uma escola da rede privada. Observei que uma turma de alunos do quarto ano do Ensino Fundamental escolhia livros para a leitura do final de semana. Notei que os alunos estavam todos concentrados muito próximos às estantes de livros cujas temáticas eram formação para a cidadania, relações humanas, convivências e diferenças e ambiente escolar. Causaram-me curiosidade os títulos de alguns exemplares: *Os direitos das crianças*, *Como comportar-se nas festas*, *Viva a cidadania* e *Convivendo com a escola*. Fiquei curiosa com as abordagens contidas nesses livros. Procurando obter mais informações a respeito dos exemplares que são mais procurados, conversei com a bibliotecária, que relatou que os alunos dos anos iniciais² utilizam como critérios de escolha os livros que possuem maior número de ilustrações ou então são escolhidos aqueles que apresentam textos mais curtos.

Com a finalidade de obter dados a respeito dos livros trabalhados em sala de aula e que estavam voltados a essa temática, foi elaborado um questionário aberto que foi respondido por três professoras, sendo que ficou identificado que os livros mais utilizados eram da *Coleção Valores*, da editora Scipione. Ao todo são doze livros que trazem como propostas leituras de situações que contemplam questões relacionadas às regras de convivência, solidariedade, cuidados com a natureza e com os bens públicos.

Ao folhear as páginas de alguns desses livros, notei que ficava claro o reforço ao significado que destacam para a cultura, legitimando comportamentos, modos de agir, vestir e de se relacionar em certo tempo e lugar. Eles exibem, através de pequenos textos ilustrados, as diferentes maneiras para os sujeitos se constituírem através de modos e condutas assim esperados pela sociedade. Em alguns momentos há frases questionadoras que permitem ao leitor refletir sobre o que está sendo afirmado. Minha investigação sobre os livros desta coleção ficaram limitados a quatro títulos, pois eram os disponíveis na escola. São eles: *Não fui eu!*, *Aprendendo sobre honestidade*, *Com licença? Aprendendo sobre convivência*, *Deixa*

² A expressão anos iniciais será utilizada para os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

que eu faço! Aprendendo sobre responsabilidade, E eu com isso?!, Aprendendo sobre respeito, todos de Brian Moses e Mike Gordon³.

Para realizar a análise do material, utilizarei o pensamento de Pedro Demo que sinaliza a aprendizagem reconstrutiva definida como uma marca ao desafio de reconstrução do conhecimento a serviço do processo educativo. O educador define este tipo de aprendizagem como sendo autêntica e supõe que o processo reconstrutivo individual dos alunos direciona-se para uma educação via processo emancipatório, de dentro para fora, ou seja, ancorado na noção de sujeito capaz de história própria e coletiva, precisando orientar-se pela formação da competência humana autônoma, em que o objetivo principal é o compromisso com a cidadania. Além disso, Demo afirma:

[...] a aprendizagem, por ser processo e marca humana iniludível, é uma reconstrução permanente, devendo usar de todos os espaços e tempos que a favoreçam, não podendo, por isso, limitar-se a paradigmas rígidos presenciais ou não presenciais, formais ou não-formais, e assim por diante.

Essa afirmação vem ao encontro do que pensava Freire (s.d) a respeito do processo de aprender: “ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.”

Irei analisar os quatro exemplares tendo como foco principal os textos e as situações apresentadas nos livros. A análise das imagens não será realizada neste momento, ficando para sugestão um futuro estudo sobre suas representações.

³ Mike Gordon, ilustrador das obras analisadas.

2 - A leitura como fonte de conhecimento

Segundo Antunes (2006, p.10), é importante proporcionar à criança o manuseio de livros, juntamente com a possibilidade de ela ouvir histórias. A leitura feita à criança fortalecerá o desenvolvimento da linguagem e as noções sobre a língua escrita que serão necessárias ao processo de alfabetização.

Com relação à leitura em voz alta, encontramos nos compêndios de psicologia, nas referências ao desenvolvimento infantil, o registro de que uma das necessidades básicas da criança é a certeza de ser amada por seus pais. A leitura propicia o recolhimento e o afeto, dando-lhe a sensação de que é o centro da atenção do adulto, o que é extremamente significativo.

A leitura possibilita o crescimento intelectual do indivíduo e pode ser um grande aliado na construção da cidadania e na promoção da capacidade de discernimento. Penso que a formação do leitor não é algo isolado e ela só se tornará possível através de uma construção coletiva na qual deverá contar com participação e envolvimento da família, do professor e da escola.

A leitura se faz presente em todos os momentos de nossa vida, antes mesmo de sabermos decodificar os códigos escritos, os quais abrangem diversos significados. Como afirma Freire (1982, p.22), “refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica na continuidade da leitura daquele.”

Para Antunes (2006, p.13), a leitura deverá ser algo prazeroso ao sujeito, sendo que este hábito deverá ser incentivado desde cedo à criança. Proporcionar um ambiente agradável, aconchegante e adequado para a leitura também se faz necessário para o incentivo à leitura.

Acredito que a construção de uma consciência crítica está relacionada às boas leituras. A leitura utilizada como um instrumento que nos permita imaginar, criar, formar e reestruturar idéias e expectativas. Ela possibilita ao sujeito melhores condições para refletir e questionar sobre aquilo que pensa. Considero um ótimo recurso pedagógico oferecer ao aluno ou à criança livros interessantes de assuntos que despertem sua curiosidade sobre os temas os quais o adulto queira fazer uma abordagem.

Demo (2006 p.11) infere que ter uma democracia de qualidade só é possível com uma população que sabe pensar. Saber pensar inclui, entre outros ingredientes, saber ler. Conforme Campello (2010), o Brasil é um dos países que menos produz leitores e relata a falta de exercício deste hábito como sendo um dos fatores a serem relacionados. Encontrar mecanismos que revertam tão baixos índices de leitores é uma preocupação e torna-se um desafio pensar em maneiras de melhorar a conscientização dos educandos sobre o papel da leitura. A construção deste hábito faz-se necessária, pois possibilita o desenvolvimento de sujeitos mais críticos, fator indispensável para a constituição de uma sociedade mais justa que propicie mudanças sociais.

Acredito que, muitas vezes, os alunos não se sentem motivados a ler pelo motivo de imposição às leituras que não lhes despertam interesses. De acordo com Demo (2006, p.43): “Não lêem o que queremos. Não é que não tenham motivação alguma. Têm outras que ignoramos...”.

Para Antunes (2006, p.17), “o prazer de ler se estabelece quando a relação livro/leitor adquire significado para sua vida, atende a seus interesses, fala de suas crenças, seus prazeres e sua escala de valores”. Quanto maior a aproximação significativa entre livro/leitor, mais chances haverá da leitura tornar-se prazerosa, colaborando, assim, para a formação de um leitor mais crítico.

Freire (1982, p.34) nos faz refletir sobre a questão da leitura que, para os educandos, deverá estar relacionada com o seu contexto, a fim de expressar um sentido àquele que lê.

Desde o começo, na prática democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador.

A essa informação cabe ressaltar que, para o leitor, não basta decifrar sinais, mas sim dar sentido a eles, compreendê-los, tornando a leitura um diálogo do leitor com o objeto lido. Nesta situação, ao educador caberia não apenas a função de ensinar a ler, mas a de criar condições para que o educando consiga desenvolver sua própria aprendizagem de acordo com os interesses e necessidades que ele tiver.

2.1 - Livro didático e paradidático

Segundo Magda Soares (s.d), livros didáticos e paradidáticos são diferentes quanto a seus objetivos e suas funções. Soares elenca que o objetivo do livro didático é dar suporte ao ensino e à aprendizagem:

Apresentar uma proposta pedagógica de um conteúdo selecionado no vasto campo de conhecimento em que se insere a disciplina a que se destina, organizado segundo uma progressão claramente definida e apresentado sob forma didática adequada aos processos cognitivos próprios a esse conteúdo e ainda própria à etapa de desenvolvimento e de aprendizagem em que se encontra o aluno. Sua função é servir de suporte para o ensino, um instrumento de trabalho para o professor e aluno.

Reconheço que a importância do livro didático está no fato dele ser um elemento agregador de informações e conteúdos para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. Do ponto de vista a ser questionado, está o fato dele vir a ser um transmissor de conhecimento com um único olhar sobre os assuntos tratados, ou seja, do autor que o escreveu.

Com relação ao livro paradidático, Soares aponta que o mesmo tem como objetivo aprofundar ou ampliar um determinado tópico ou tema do conteúdo de uma ou mais disciplinas e tem como função básica auxiliar o ensino e a aprendizagem. A diferença entre estes dois instrumentos de aprendizagem está no fato de o livro didático ser indicado para um uso sobretudo coletivo e, de certa forma, obrigatório, enquanto que o paradidático é adotado para uma leitura individual e freqüentemente facultativa.

2.2 - Os primeiros livros para crianças

Conforme Zilberman (1982), os primeiros livros para crianças surgem no final do século XVII e durante meados do século XVIII. Anteriormente não se escrevia para as crianças porque ainda não existia a concepção de infância. A necessidade de criar uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e com uma formação específica só acontece na metade da Idade Moderna. Com ela surge também uma nova concepção de família, com modificações na sociedade, mudando a visão que havia sobre a criança. A partir daquele momento, a criança deixava de ser tratada com negligência e passava a ganhar um espaço de destaque no seio familiar. Zilberman (1982, p.15) escreve:

[...] que a nova valorização da infância gerou uma maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura Infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas a cumprir esta missão. A literatura infantil brasileira surge no final do século XIX. Antes disso, circulavam livros infantis representados por edições portuguesas de forma escassa e irregular.

Na década de 30, Monteiro Lobato publica histórias destinadas ao público infantil, incentivando outros escritores a escreverem para as crianças. Barreto (s.d.) descreve em um breve histórico sobre a literatura infantil: com adaptações abasileiradas no século XIX, surgem *Contos infantis* (1886) de Adelina Lopes Vieira e ainda *Histórias da nossa terra*, (1907) e *Era uma vez*, (1917) de Júlia Lopes. “Percebe-se um movimento de nacionalização da literatura para crianças no mesmo molde que ocorria com a literatura destinada a adultos”. Segundo Barreto (s.d), os temas que exaltavam a Pátria, de alguma forma, instauram-se na literatura infantil. Barreto infere que Olavo Bilac e Coelho Neto, com seus *Contos Pátrios*, contribuíram com a missão patriótica através de seus textos literários infantis. “Simultaneamente a esse movimento cívico, observa-se a função pedagógica dos primeiros escritos para crianças”. Barreto indica que, frequentemente, nesse período da história, “os livros infantis difundidos na escola apresentavam temas ligados à obediência, à dedicação à família, à bondade, à idealização da pobreza, etc”.

3 - Investigando assuntos que circulam na sociedade

Nossa sociedade é constituída por relações entre homens⁴, que estabelecem sentidos e valores e irão fazer parte de uma cultura e uma moral que servirá de modelos de conduta de uma determinada coletividade. Os grupos aos quais pertencemos nos impõem, explícita ou implicitamente, juízos de valores que se mostram presentes o tempo todo no nosso cotidiano.

Constato que grande parte destes valores nos são transmitidos desde o nascimento, enquanto outros valores morais e éticos irão se constituir ao longo da vida do indivíduo. À medida que crescemos, atendemos ou transgredimos os padrões de comportamentos que nos são preestabelecidos. A essas atitudes incidirão julgamentos como sendo corretos ou incorretos, atos bons ou atos ruins. Sempre o indivíduo terá que prestar contas de suas ações e seus atos diante do mundo cultural que o cerca. Quando acertamos ou erramos em nossas atitudes, estamos sujeitos aos elogios ou às repressões, às recompensas ou às punições. A escolha que fizer será sempre baseada na sua consciência moral. Os valores morais são indispensáveis à sociedade, pois eles tornam-se responsáveis pela manutenção da ordem entre os indivíduos. Mesmo as pessoas tendo o direito ter sua liberdade de expressão e escolha, todas as suas ações esbarram em limites criados pelo próprio homem. São conjuntos de normas que servem para manter a ordem, o respeito e a boa convivência entre os sujeitos de uma sociedade, preservam o respeito à vida, não de maneira individual para uma única pessoa, mas sim ao grupo social, visto que vivemos em uma sociedade na qual todos dependem direta ou indiretamente uns dos outros.

⁴ Refiro-me a homens no sentido amplo da palavra, sendo incluídos indivíduos do sexo masculino e feminino, bem como crianças e idosos de ambos os sexos.

3.1-Cidadania: contexto histórico e origens do conceito

Aparecem as primeiras idéias do conceito de cidadania⁵ “na Idade Antiga, século V d.C, após Roma conquistar a Grécia expandindo-se para o resto da Europa”, sendo que nesse período era considerado cidadão apenas indivíduos homens maiores proprietários de terras desde que não fossem estrangeiros. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos. Na Idade Média (séc V até XV d.C), com o surgimento do feudalismo, a idéia de cidadania termina. “Após a Idade Média, quando terminam as invasões bárbaras e também os feudos, surgem as cidades e os países (Estados Nacionais)”, tornando possível com a queda desse regime político (o feudalismo), a possibilidade de retomada à ideia de cidadania. A questão cidadania surge a partir dos processos de lutas que culminaram na Independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa. A partir desses dois eventos, houve um rompimento do princípio de legitimidade que até então vigorava. Como medidas para acabar com o Absolutismo, começam a surgir práticas que ampliaram o conceito e o exercício de cidadania. “Quando o Absolutismo chega ao fim, inicia a Idade Contemporânea (séc. XVIII até os dias atuais), marcada pela implantação do Estado de Direito: Todos têm direitos iguais perante a constituição”, ocorrendo com isso uma grande mudança no conceito de cidadania, configurando “cidadania como participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade.”

Ser cidadão implica ser sujeito de direitos e de deveres, é estar apto a exercer e participar da vida da cidade, literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade. Saviani (s.d) argumenta que a educação tem a ver com a cidadania à medida que trata do saber sistemático, isto é, do saber científico, da cultura letrada, pois a vida na cidade é regida por normas que ultrapassam o direito consuetudinário.

[...] sendo codificadas no chamado “direito positivo” que, dado o seu caráter convencional, formalizado, sistemático, se expressa, via de regra, em termos escritos [...] Trata-se da incorporação, na vida da cidade, da expressão escrita, de tal modo que não se pode participar plenamente dela sem o domínio dessa forma de linguagem. Daí que, para ser cidadão, para participar ativamente da vida da cidade, é necessário o ingresso na cultura

⁵ http://www.webciencia.com/18_cidadania.htm acesso em 10/04/11

letrada, sem o que não se chega ser sujeito de direitos e deveres (Saviani, s.d).

Saviani expressa, através dessas afirmações, que a educação escolar é considerada um instrumento básico para o exercício da cidadania, porém, ela não constitui a cidadania, mas sim se torna uma condição indispensável para que a cidadania se constitua.

3.2 - Ética e Moral

Com freqüência encontramos as palavras ética e moral usadas como sinônimos, sendo que atribuímos a elas o sentido de princípios e normas da boa conduta, relacionando-as à prática do bem em detrimento do mal. Conforme o dicionário Luft (2001), “ética é o conjunto de regras e de valores ao qual se submetem os fatos e as ações humanas”. Em sentido técnico, a ética refere-se aos princípios e normas ligados à ciência ou à parte da filosofia que estuda os princípios e normas buscando distinção entre o bem e o mal. O objeto da ética situa-se nos atos conscientes e voluntários dos sujeitos que afetam outros sujeitos. A moral refere-se à retidão dos costumes que levam às ações consideradas corretas e meritórias de uma determinada sociedade que se utiliza de um mesmo sistema de valores e relaciona-se aos juízos enfrentados em situações concretas.

Com base nestas informações, considera-se que a ética não cria a moral. Já a moral está associada a determinados princípios, normas e comportamentos. Saviani (s.d) informa que a ética e a moral estão ligadas a um modo de ser, caráter e costumes. Para o autor, os valores éticos ou morais constituem-se num processo educativo.

3.3- Conversando sobre valores

Os valores fundamentam as várias morais constituídas nos diversos contextos socioculturais. Os valores possibilitam aos indivíduos atribuírem importância e significado às coisas, às pessoas, às ações, etc. Os valores não permitem que o sujeito permaneça indiferente ao que acontece no seu entorno. Eles são fundamentais para a vida em sociedade, e são altamente influenciados pelo contexto social e época em que estão inseridos.

La Taille (2006, p.6) reflete sobre quais valores a escola deverá selecionar para trabalhar com seus alunos, visto que alunos, professores e a própria instituição possuem valores. Ele delimita a escola como uma transmissora de conhecimentos que deverá articular entre os seus objetivos a formação de cidadãos, através da educação moral e da formação ética. La Taille (2006 p.5) apresenta como definição de valor todo caráter afetivo ligado ao objeto, ou seja, conjunto de sentimentos projetados sobre o objeto, ao qual é atribuída uma relação entre o objeto e o sujeito. Quando o objeto é investido de afetividade ele torna-se um valor, não permitindo que o sujeito fique indiferente.

Valor é uma relação de não indiferença entre o sujeito e os elementos aos quais ele interage, justificando assim a possibilidade dos valores serem considerados positivos ou negativos, embora o que seja sempre procurado é o sentido positivo do valor. O sujeito tem a liberdade de optar em aceitar ou rejeitar determinadas situações, assumindo a responsabilidade pelas suas escolhas.

4- Os livros como instrumentos e estímulos de princípios e valores para crianças

Para transformação de uma consciência mais crítica e participativa, a utilização dos livros paradidáticos com propostas que orientem a criança a refletir sobre suas ações, quando bem selecionados, tornam-se um rico material a ser utilizado não só em sala de aula, mas também para atividades simples como a leitura, criando a possibilidade da educação indireta. As crianças/jovens, ao desenvolverem esse hábito, poderão vir a ser agentes de mudança por uma sociedade melhor, ou seja, a serem cidadãos éticos e participativos dentro de suas realidades. Os livros servirão de subsídios para entender valores que circulam no seu meio, gerando um novo olhar para a solução de novas formas de enxergar o mundo. O estudo através destes materiais ajudará os educandos a terem uma atuação consciente no ato de serem sujeitos de direitos e deveres, criando outras possibilidades de melhorar seus desempenhos na constituição de um mundo melhor.

Siqueira (2008) faz referência ao pensamento de Zilbermann, que considera o uso de livros de literatura para práticas de sala de aula de fundamental importância, pois eles possibilitam trazer novos olhares sobre diferentes assuntos da realidade. Zilbermann (2003, p.26) afirma que:

A justificativa que legitima o uso do livro na escola nasce de um lado, da relação que estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância; e, de outro, do papel transformador que pode exercer dentro do ensino, trazendo-o para a realidade do estudante e não submetendo este último a um ambiente rarefeito do qual foi suprimida toda a referência concreta.

Em vista desta afirmação, se percebe o quanto é importante o professor selecionar materiais adequados aos seus alunos. A necessidade de uma busca constante por alternativas educacionais que substituam os tradicionais exercícios de repetição, por atividades inteligentes, criativas e produtivas é de extrema relevância conforme está implícito na Lei 9394 /96.

5- Os livros da Coleção Valores

Início minha investigação sobre o que nos contam os livros da *Coleção Valores* a respeito dos princípios e valores para crianças. O primeiro exemplar a ser estudado tem como título *Com licença? Aprendendo sobre convivência*, editado em 2002b, e tem como título original: *Excuse me*. Este livro traz em suas páginas um grande número de ilustrações com pequenos textos cuja temática está relacionada a regras de convivência e está dividido em 15 capítulos, sendo que há várias situações caracterizadas para diversos ambientes. São feitas diversas indagações a respeito de situações ocorridas no cotidiano. As ilustrações sempre trazem imagens de crianças e adultos vivendo uma situação em que a criança comete uma ação/pergunta inadequada. Logo o autor mostra pequenos balões contendo frases de um diálogo/questionamento a respeito do fato ocorrido.

Os recortes selecionados referem-se a comportamentos ligados a convivência entre pessoas, em ambientes como a escola, a casa de amigos e lugares públicos. São momentos em que há a necessidade de reflexão, pois surgem situações em que a criança será instigada a aprender, a ganhar e perder, a saber dividir coisas, a agradecer, a ser gentil e sincera. São mostradas circunstâncias em que o adulto serve de modelo a ser imitado, ao passo que a criança é quem está fora dos padrões politicamente aceitos para o convívio em sociedade. Em algumas passagens do livro aparecem os sentimentos de inveja, ciúme e raiva, como resposta a uma derrota, ou frustração por não ter correspondido/desempenhado de maneira adequada determinada situação. No final do livro são apresentadas sugestões para pais e professores sobre como abordar as situações trabalhadas.

Cenas do LIVRO 1: *Com licença? Aprendendo sobre convivência*

Uma menina está sentada, fazendo uma refeição, e de repente arrotta. Há diversas pessoas dentro de um transporte coletivo, sendo que não há lugares vagos, pois todos os bancos estão ocupados, e uma senhora está em pé, enquanto uma criança está sentada. Em meio a estas situações, aparecem os seguintes questionamentos: “Você já pensou sobre a convivência entre as pessoas? Já ouviu

falar de gentileza, atenção e respeito? Você sabe por que os adultos vivem ensinando como as crianças devem se comportar? Como você se sente quando: Repreendem você porque arrotou? Pedem para você dar lugar a outra pessoa?” (Moses, 2002b , p.4).

Com base nestas informações, inicio minhas análises a respeito dos fatos descritos. O indivíduo aprende desde muito cedo as primeiras lições de bons comportamentos que deverão refletir sobre seus hábitos de agir por toda sua vida. Esses bons comportamentos levam o individuo a se sentir valorizado dentro de uma sociedade. O respeito ao outro, as boas maneiras e os bons comportamentos estão relacionados à ética. Por essa razão, muitas vezes confundimos ética com a moral, visto que a moral também traz como conceito esse conjunto de regras de conduta que são estabelecidas nas relações sociais que um grupo define para si como um modo de reduzir conflitos entre as pessoas para tornar a vida mais fácil em sociedade.

Penso que seja importante esclarecer às crianças que as boas maneiras existem para garantir um convívio agradável e respeitoso entre as pessoas. Elas não são regras fixas, que não podem ser modificadas e nem servem para rotular aqueles que são “bem educados” ou “mal educados”. Muitas vezes tanto os adultos quanto as crianças têm atitudes que são inadequadas. É importante proporcionar às crianças momentos de reflexão sobre atitudes cometidas em determinadas situações e junto com elas procurar dialogar sobre o que seria mais adequado para o comportamento apresentado.

A outra cena mostra dois adultos e uma criança fazendo uma refeição. Enquanto um dos adultos come educadamente, a criança vira os objetos próximos a ela, derruba alimentos sobre a mesa e come de maneira inadequada, com a boca cheia, com a postura curvada sobre o prato, tudo isso sob o olhar assustado dos adultos. São feitos os questionamentos: “Não é agradável estar com alguém que age de modo grosseiro com os outros e nem se importa. Isso pode acontecer em diferentes situações. Por exemplo, quando se está à mesa na maneira de se servir... na maneira de comer...” (Moses, 2002b, p.8-9).

Ao ler a cena, percebo que esta criança ainda não internalizou as maneiras ditas adequadas para estar em ambientes sociais, motivo que leva a uma situação de estranhamento e desconforto entre os adultos. De acordo com a cultura na qual está inserido o sujeito, serão esperados das pessoas comportamentos e modos de

agir. As maneiras como, por exemplo: o modo de andar ou sentar-se, vestir-se adequadamente, ter hábitos de higiene, comer e beber com gestos educados, servem para mostrar ao outro o mesmo respeito que se deve desenvolver em relação a si próprio.

Penso que, ao praticar boas maneiras, o sujeito não é movido por uma obrigação moral, mas sim pelo prazer em demonstrar conhecê-las e praticá-las. A moral tem, no seu conjunto de regras, leis a serem obedecidas. Exercer boas maneiras segue apenas normas que a ética aprova, porém elas não são obrigadas a serem exercidas. O sujeito que adota as “leis morais” é considerado uma pessoa digna, ao passo que quem cumpre às normas de boas maneiras é reconhecido como sendo uma pessoa bem educada.

Cena que ocorre em uma sala de aula, em que aparecem dois momentos para uma mesma situação. Na primeira delas, os alunos estão fazendo uma atividade, um menino levanta o braço e chama em tom alto a presença do professor: *“Ei! Venha aqui! Quero que você me ajude. Agora!”* (Moses, 2002b, p.12). O professor não responde e dirige seu olhar para outro ponto da sala. Na segunda delas uma menina ergue o braço e calmamente pede permissão ao professor para ir lavar as mãos: *“Professor, preciso lavar as mãos. Posso sair?”* O professor responde: *“Pode sim, mas não demore muito”* (Moses, 2002b, p.13). Diante dessas situações, são feitos os seguintes questionamentos: *“Também na escola, a maneira de falar e dirigir-se aos professores e colegas pode ajudar a tornar o ambiente mais agradável. Gritar ou falar muito alto provoca irritação e faz os outros se sentirem desrespeitados. É preciso encontrar maneiras de conviver com os amigos, os professores e as outras pessoas de modo que todos se sintam bem e respeitados. Como é na sua escola?”* (Moses, 2002b, p. 12-3).

De acordo com a situação apresentada, recorro aos escritos de La Taille (2006), e constato que ele vê na escola o local adequado para intensificar maneiras apropriadas dos sujeitos se relacionarem. Através das intervenções feitas pelos professores, a criança aprende que não é correto gritar ou ficar impaciente quando se quer a atenção de alguém. É através da gentileza e o respeito no modo de tratar os outros que seremos reconhecidos como sujeitos de direitos recíprocos.

É a escola, segundo La Taille (2006, p.14), que deverá promover a formação moral de seus alunos através da qualidade das relações sociais nas quais as

crianças e os adolescentes possam desenvolver um convívio escolar no qual predomine a expressão de justiça e dignidade.

Em outra cena, envolvendo criança, adulto e animais, um adulto ao telefone faz um convite para outra pessoa, convidando-a para passar uns dias com ela em suas férias. Um menino parado com olhar confuso cercado por cinco balões de pensamentos contendo as palavras: obrigada, por favor, com licença, desculpe e sinto muito. No centro destas imagens aparece um caracol (lesma), respondendo para um cão: *“Pois não”*. São feitos os seguintes questionamentos: *“Algumas palavras ajudam quando a gente quer se relacionar bem com as pessoas. Por exemplo: É muito bom sentir que gostam da gente, não é? É isso aí. Para que todos possam conviver bem, é preciso que cada um colabore.”* (Moses, 2002b, p.28-9).

A criança, ao interiorizar as informações/ensinamentos recebidos na escola, passa a considerá-los como regras a serem cumpridas. Cito como exemplo uma situação ocorrida quando um de meus filhos ainda era bem pequeno. Pedi que ele atendesse ao telefone e para minha surpresa ele falou-me: - *Mãe esqueceu a “palavrinha mágica”?* Pedi desculpas e refiz o meu pedido, agora acrescentando as palavras: *Por favor, tu podes atender ao telefone?* Através desse fato, constatei que diversas vezes o adulto cobra da criança atitudes e comportamentos que ele próprio muitas vezes não executa e ainda, para piorar a situação, não percebe que a criança, ao observar o adulto na sua maneira de ser e agir, já está formando seus juízos a respeito dos fatos.

Ao exigir que a criança reproduza palavras de boa convivência, sem que ela tenha internalizado o real motivo para sua utilização, poderá gerar um efeito contrário ao esperado. Como exemplo, cito o exemplo dado por uma professora que, após ter presenciado um conflito em sala de aula e discutido com os alunos a importância de manter uma boa convivência, ouviu a seguinte fala de uma aluna, dirigindo-se a um colega de maneira carinhosa: *“Meu querido idiota!”*. A criança, nesse momento, utilizou-se de uma expressão dita adequada, porém ela manipulou as palavras para o sentido que realmente ela quis dar aos termos. Segundo La Taille (2006 p.106):

Bom comportamento é aquele que agrada ou ajuda os outros, e tem sua aprovação. Há muita conformidade a imagens estereotipadas do que é comportamento da maioria ou “natural”. O comportamento é freqüentemente julgado pela intenção – o juízo “ele tem boa intenção torna-se importante pela primeira vez. Ganha-se aprovação ao ser “bonzinho”.

Considero importante a intervenção do professor em situações como esta. A orientação ao respeito mútuo e à formação dos valores dos alunos se faz necessária para o efetivo exercício de cidadania.

Cenas do LIVRO 2: *Deixa que eu faço! Aprendendo sobre responsabilidade*

O primeiro capítulo deste volume é: *você sabe o que é responsabilidade?*, e, a partir deste questionamento, os capítulos seguintes referem-se às diversas maneiras do sujeito constituir-se como um ser responsável, capaz de realizar com autonomia tarefas do cotidiano, em que tal prática reverte-se em crescer e aprender a cuidar-se de si mesmo e assumir responsabilidades nos meios nos quais o indivíduo está inserido, despertando e tendo a confiança das pessoas do seu entorno. As páginas finais deste livro mostram ilustrações que fortalecem a ideia de que, para haver um crescimento com aquisição da confiança e reconhecimento de outras pessoas, há necessidade do sujeito saber executar com responsabilidade tarefas básicas. O capítulo encerra com uma tabela com escala avaliativa em que o indivíduo irá se auto classificar em que etapa já conseguiu chegar. Qual patamar se encontra, sendo a escala composta pelas seguintes afirmações: na base, ou seja, na quinta posição está a classificação “não é muito responsável”; quarta posição - “está procurando aprender”; terceira posição - “precisa de ajuda”; segunda posição - “cuida de si mesmo”; e, em primeiro lugar, - “faz suas tarefas sozinho”. Nas páginas finais encontramos as observações para pais e professores com dicas de como se deve tratar questões de ensino às crianças para o caminho da formação de um ser responsável.

Vejo que a tarefa de ensinar as crianças a serem responsáveis desde pequenos requer paciência e coerência entre o falar e o agir, pois a criança, através da observação, acaba assimilando determinadas rotinas através dos exemplos vistos do que ocorre no seu entorno. Ao ensinar desta maneira fica mais fácil convencer as crianças a terem atitudes que reflitam em responsabilidades. Educar o sujeito para que seja responsável é um processo contínuo, começa desde cedo e segue durante toda a vida. São pequenos gestos executados no dia a dia que irão constituir o pensamento da criança a respeito das vantagens/desvantagens de ser ou não uma pessoa responsável. Penso que a tabela avaliativa que se encontra na

última página do livro pode ser vista de duas maneiras. Primeiro como fato negativo se a criança, ao se auto analisar, constatar que não atingiu os objetivos nela contidos e associar ao texto que diz que na medida que não se consegue realizar determinadas responsabilidades as pessoas podem deixar de confiar na pessoa, poderá causar frustração nesta criança. Se for visto pelo lado positivo, poderá sugerir à criança, se está já atingiu ou não a avaliação esperada, ela terá sua auto estima elevada e se sentirá motivada a cada vez mais procurar melhorar o seu desempenho.

As cenas e páginas escolhidas para melhor demonstrar essas situações são as seguintes: Imagem de um menino com aparência de sono saindo de casa com o cabelo em desalinho, provavelmente a caminho da escola, visto que está com uma mochila nas costas. No fundo aparecem dois braços femininos com um pente tentando ajeitar o seu cabelo e abaixo está a figura do mesmo menino tendo o auxílio do mesmo par de mãos na escovação de seus dentes. Na página ao lado há a figura enorme de uma mulher, provavelmente a mãe do garoto, com os braços cruzados e com uma boca enorme gritando (Moses, 2006, p.6,7). Ao lado dessa cena, é apresentado o seguinte texto *“Para aprender a agir com responsabilidade, comece tentando cuidar de si mesmo do melhor modo possível. Há algumas coisas que você pode fazer sozinho todos os dias: pentear os cabelos... e escovar os dentes... sem esperar que sua mãe fique roxa de raiva e grite com você! Para uma criança, responsabilidade pode significar fazer algumas tarefas sem ninguém mandar”* (Moses, 2006, p. 6-7).

Outro conjunto de cenas mostra um menino arrumando sua cama, regando uma planta e organizando suas roupas e brinquedos nos armários. Questiona-se: *“Se você se responsabilizar por pequenas tarefas em casa, estará dando uma boa ajuda. Que tal começar: ... arrumando sua cama, regando as plantas e mantendo seu quarto em ordem?”* (Moses, 2006, p.8-9).

Ao refletir sobre essas cenas e textos, relatando as atitudes entre mãe e filho, em que o adulto ao invés de ensinar ou conversar a respeito de pequenas tarefas que podem ser executadas pela criança, ele passa a fazê-las, demonstram que designar tarefas ou responsabilidades aos pequenos também é um sinal de amor. Falo isso porque já ouvi outras mães falando na escola que, por amarem os seus filhos, fazem tudo por eles, pois ainda são pequenos.

Para ensinar disciplina e responsabilidade a uma criança, alguns elementos precisam ser trabalhados. O adulto deverá estabelecer objetivos e limites, por exemplo, sendo que estes objetivos deverão ter sentido e significado para a criança.

Através da Psicologia Moral, ciência que investiga os processos mentais que levam alguém a obedecer ou não a regras e valores, é possível verificar se a criança consegue apropriar-se dos ensinamentos que lhes foram transmitidos, pois desde muito pequena, ela é ensinada a ter modos de conduta e comportamentos definidos como regras ou normas sociais. Alguns são impostos pelos fins a que se destinam, como para ter uma boa saúde são necessários hábitos de higiene e rotinas de horários para dormir, brincar, comer e estudar. Outras regras são ajustadas para que a criança perceba que devem existir hábitos de conduta a serem seguidos, como exemplo não brigar, ter horários apropriados para assistir televisão, entre outros que estejam relacionados à moral.

La Taille (2006, p.97) define anomia como “um estágio do desenvolvimento infantil em que a criança ainda não está inserida no universo moral” e ele ainda reforça:

Todavia, antes dos 4 anos, em média, as regras derivadas da moral ainda não estão associadas, para a criança, a valores como o bem e o mal, o certo e o errado. Seria melhor dizer que se trata de hábitos de conduta: são apenas coisas que se fazem

A percepção da criança sobre as ações que devem ou não serem realizadas, do que é certo ou errado, do momento em que ela consegue distinguir algo como sendo do bem ou do mal, mostra que a moral começa a fazer parte do conjunto de valores da criança. La Taille assinala que nesse momento a criança passa do estágio de anomia para a heteronomia. Essa passagem para a moral heterônoma só é possível a partir do momento em que ocorrem dois conjuntos de características que se complementam entre si, que são: a compreensão das regras e a fonte de sua legitimidade.

Enquanto a criança estiver na fase heterônoma, ela compreenderá as regras que lhe são impostas de maneira tal e qual lhe foram atribuídas, priorizando as conseqüências das ações e não as intenções que as motivaram, não percebendo o sentido moral que lhes dá sentido. Com relação à legitimação das regras, a moral heterônoma estará relacionada à autoridade. Ela seguirá as determinações impostas

por adultos reconhecidos como a autoridade, geralmente representada pelos pais. La Taille (2006, p.98) escreve “é por essa razão que moral heterônoma é a moral do respeito unilateral: não há exigência de reciprocidade, ou dito de outra maneira, o dever de respeitar não é compensado pela concepção do direito de ser respeitado.”

Cenas do LIVRO 3: *E eu com isso?! Aprendendo sobre respeito*

O questionamento principal na abertura do livro é: “o que quer dizer respeito?” Através desta primeira indagação, surgem diversas relações em que o respeito está inserido e que levam a criança a pensar sobre o que significa respeito aos outros em suas opiniões, seus sentimentos e privacidade e na questão das regras de convívio social. A importância do respeito pelos animais, nos lugares públicos, dos outros por nós e do próprio auto-respeito. No capítulo que se refere às observações para pais e professores há um parágrafo que fala sobre a importância de mostrar para as crianças a existência de normas que devem ser respeitadas por causa de sua finalidade, e aquilo que as motiva. Há necessidade de refletir sobre a importância de existirem normas e regras que devem ser cumpridas entre as pessoas, e quais as consequências que ocorrem quando estas não são cumpridas. A questão do vandalismo também é apontada como sendo uma falta de respeito àquilo que pertence ao uso comum de todos.

Uma cena mostra um grupo de crianças que aparentemente estão em conflito, e nela aparece um menino segurando uma bola enquanto outros três estão em posição de discordância com a atitude do amigo. Na outra página aparecem dois garotos brincando com uma bola, e esta passa pelo meio das pernas de um deles, e no fundo há um terceiro garoto que grita atrás de um muro: *Mão-furada!*

Ao refletir sobre esta situação, à primeira vista, pode parecer um simples apelido inofensivo, porém, poderá afetar emocional e fisicamente o menino que está sendo ofendido. Este tipo de humilhação poderá levar a criança a um possível isolamento ou até mesmo à queda do rendimento escolar. Questiona-se: “Respeito significa outras coisas também... ouvir pessoas com opiniões diferentes da nossa, mesmo quando a gente não concorda com elas. Considerar os sentimentos dos outros para não magoá-los é uma maneira de respeitá-los. Coisas que dizemos de brincadeira podem ferir sentimentos” (Moses, 2002, p.10-11).

Aos fatos apresentados relaciono com as questões muito discutidas atualmente na mídia sobre o *bullying*, que é um “termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder”. A esse conjunto de atitudes muitas vezes encontramos alunos que apresentam dificuldades em relacionar-se com outras crianças pelo medo ou constrangimento causado por esse tipo de situação. Nas escolas, a maioria dos atos de bullying ocorre fora da visão dos adultos e grande parte das vítimas não reage ou fala sobre a agressão sofrida.

Em outra cena aparece uma menina capturando um inseto com um vidro enquanto um garoto solicita que ela o deixe em paz. Na página ao lado mostra um caçador com um olhar de dúvida na presença de três animais selvagens que apresentam um olhar ameaçador. “E os animais? Será preciso respeitá-los? Tanto os bichinhos pequenos quanto os grandes e selvagens precisam do nosso respeito. Sabe por quê? (Moses, 2002, p.20-1).

Em outra cena apresenta-se um parque onde há muito lixo espalhado pelo chão e as pessoas passam indiferentes ao que vêem e ao lado o chafariz está pichado. Próximo a ele aparece a figura de um menino que está com um olhar questionador sobre o lixo e a pichação em que se encontra o monumento. “Cuidar dos lugares públicos para que todos possam desfrutá-los é outra forma muito importante de respeitar as pessoas e a nós mesmos. Quem gosta de ir a um lugar cheio de lixo espalhado pelo chão? O que você pensa quando vê um lugar todo pichado?” (Moses, 2002, p. 22-3).

A esse conjunto de situações cabe refletir sobre questões relacionadas a valores educacionais direcionados à sustentabilidade. A relação do ser humano com os bens naturais são cada vez mais discutidos em escolas e divulgados pelos meios de comunicação. Muitas são as campanhas ecológicas alertando para uma possível destruição da vida no planeta terra. As crianças, desde cedo, começam a aprender que devemos cuidar da natureza, preservar o meio ambiente para que no futuro não ocorra a escassez de recursos naturais. A educação voltada para a conscientização do respeito à vida dos seres vivos está sendo cada vez mais intensa. São campanhas que pregam o cuidado com o desperdício da água, da coleta seletiva de lixo, da educação para o trânsito, enfim, de cuidados que visam intensificar hábitos e ações que reflitam numa possível garantia de preservar a vida no planeta em que

vivemos. Muitas soluções para os problemas que enfrentamos atualmente requerem mudanças na consciência dos indivíduos. Questões relacionadas ao cuidado com os bens públicos também fazem parte das discussões em salas de aula, como fazer com que os alunos percebam que preservar algo público é uma questão de cidadania e que todos somos responsáveis pela manutenção e preservação daquilo que é de uso comum de todos.

Cenas do LIVRO 4: *Não fui eu! Aprendendo sobre honestidade*

Entre os quatro livros lidos, este, a meu ver, é o que apresenta um maior número de questões éticas e morais a serem refletidas. Interessante o capítulo em que mostra a situação de uma criança refletindo sobre a atitude do adulto. Ela percebe que o adulto agiu/está agindo de maneira incorreta e ao se auto questionar já tem internalizada a noção do que é certo/errado, ou seja, a constatação de que o adulto também mente para se safar de algo que o incomoda. Os quinze capítulos neste volume trazem temas sobre o quanto é difícil assumirmos nossos erros e a confiança como algo que faz bem. Em oposto, encontramos a mentira que afasta os amigos e como o próprio ditado popular diz: mentira é como uma bola de neve que cresce rolando montanha abaixo ou então que ela tem as “pernas” curtas! E saber que damos desculpas para justificar pequenas mentiras usando-as como argumento o fato de não querer magoar as pessoas.

Ao orientar a criança, o adulto lhe explica que, quando ela fizer algo que não devia, mesmo que tenha sido sem querer, deverá reparar este erro: consertar ou substituir o que quebrou, limpar o que sujou, devolver o que pegou... mesmo que seja muito difícil, sempre é melhor dizer a verdade.

O quanto é difícil construir para crianças verdades, normas e condutas e por atitudes impensadas às vezes podem-se cometer erros absurdos, pensando que talvez isso passe despercebido, subestimando assim a capacidade de interpretação da criança frente ao fato ocorrido.

Charlot (1979, p.108-9) descreve que a criança é conduzida a se identificar com a imagem projetada pelo adulto:

Se a imagem da criança é contraditória, é precisamente porque o adulto e a sociedade nela projetam, ao mesmo tempo, suas aspirações e repulsas. A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos. [...] reenviam à criança uma imagem de si mesma, do que ela é ou do que deve ser. A criança define-se assim, ela própria, com referência ao que o adulto e a sociedade esperam dela [...] A criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne, isto é, do que o adulto e a sociedade querem, eles próprios ser, e temem tornar-se.

“Muitas vezes, os adultos também não são tão sinceros quanto poderiam ser” (Moses, 2005, p.20-1); *“Se perdemos a confiança das pessoas, ficamos sozinhos, isolados e tristes. Nada é pior do que a desconfiança dos amigos”* (Moses, 2005 p.10-1).

Para ilustrar essa cena, aparece a figura de um menino que caminha triste em companhia de seu cão por um campo deserto, a cena continua na página seguinte só que nesta surgem duas crianças que param de jogar e ficam observando desconfiadas o menino passar, e nesse momento o menino não tem mais a companhia do cão, agora quem o está acompanhando é uma mosca.

Uma cena mostra a imagem de uma mulher/mãe perguntando para o marido se ele não deveria ter cortado a grama. O marido por sua vez está sentado em um sofá assistindo um jogo de futebol e no seu entorno há muita bagunça. Ao ser questionado, ele argumenta que está descansando só um pouquinho, pois trabalhou demais o dia todo. No mesmo ambiente encontra-se a figura de uma menina que está estudando, e para o que está fazendo e fica observando a situação juntamente com o seu gato. Sua fisionomia, e também a do animal, é de indignação. Então ela reflete sobre o que está ouvindo: “Isso não é verdade! Papai ficou vendo futebol na tevê o dia todo. Ele sempre me diz para não contar mentiras... De vez em quando, a gente diz uma pequena mentira para não magoar as pessoas” (Moses, 2005, p. 22-3).

Uma cena mostra uma mãe, que, ao telefone, agradece por um presente recebido e complementa dizendo que era exatamente o que queria ganhar. Na outra página mostra o marido levando o presente para fora do ambiente. A criança então pensa: “Mentira! Ela tem horror a isso! Tanto é que vai largá-lo lá no porão!”

Por volta dos oito, nove anos, a criança começa a mudar seu entendimento a respeito da moral e passa a apresentar sinais de autonomia com relação a sua compreensão sobre as regras impostas. Ela começa a questionar-se a partir de

princípios e começa a fazer discernimentos a respeito de obedecer fielmente às regras. Sobre as concepções da criança nesta fase, La Taille (2006, p.98) diz:

[...] ela começa a conceber que a regra “não mentir” não implica em sempre dizer a verdade, mas sim não violentar outrem com uma informação falsa. [...] a intencionalidade que preside as ações passa a ser um critério necessário para julgar moralmente. Ainda do ponto de vista do equacionamento moral, um novo princípio começa a inspirar os juízos: o da igualdade. A criança moralmente autônoma pensa que um dever moral primordial é tratar as pessoas sem privilegiar umas nem desprezar outras.

Ensinar os valores legitimados pela sociedade como corretos para crianças é uma das tarefas mais importantes e difíceis tanto para os pais quanto para a escola, devido ao fato de que há diferentes olhares sobre o conceito e significado do que é valor para cada indivíduo. Vasconcellos (2005) ressalta que :

Ter autonomia é ter capacidade de julgar, de tomar decisão a partir de um conjunto de valores que tenho, da leitura que faço da realidade. Ninguém nasce autônomo. Se as crianças aprendem a pensar por si próprias, são capazes de fazer escolhas e não seguem a massa. São mais seletivas e não consomem produtos e idéias que estão sendo impostas pelo mercado de bens e consumo ou acatam idéias políticas sem refletir.

Percebo que esta afirmação pode gerar aos pais e educadores muitos questionamentos, uma vez que, para proporcionar à criança condições de desenvolver sua autonomia, surgem muitas propostas, existindo assim a dificuldade em estabelecer qual seria a maneira mais adequada de ensinar e ajudar as crianças o desenvolvimento de sua autonomia.

6- Considerações Finais

Ao realizar este estudo sobre o uso de livros paradidáticos encontrei indícios que levam a uma avaliação positiva destes materiais, porém com algumas restrições. Mesmo considerando tratar-se de temas fáceis à primeira vista, pois surgem no cotidiano familiar, escolar e na sociedade, alguns temas são muito complexos. Percebi que para trabalhar com esse tipo de livro há necessidade de ter um mediador, pois como são indicados para uma faixa etária que envolve crianças de anos iniciais, elas, possivelmente não terão condições sozinhas de refletirem sobre muitas questões que ali aparecem..

Questões de moral, ética e cidadania juntamente com a preocupação dos pais de ensinarem valores aos seus filhos causam uma inquietação a quem quer educá-los. Há toda uma proposta de resgate da importância e da maneira como transmitir valores às crianças em uma sociedade na qual se fala muito em crise/declínio dos valores. Muito se fala da presença desses elementos no contexto social, todavia não são encontradas maneiras que atuem de modo eficaz à promoção de disciplina, respeito, a não violência e cooperação entre os indivíduos.

A pesquisa de diversificados materiais possibilitou-me investigar com maior profundidade assuntos que se fazem presentes em sala de aula. Questões que envolvem agressividade, ausência de limites entre outras situações representam alguns dos problemas a serem enfrentados pelos educadores no ambiente escolar.

Penso que a formação de cidadãos éticos é responsabilidade tanto da sociedade, quanto da família e da escola. Encontrar uma maneira de tentar contornar determinadas situações é uma tarefa que não se limita somente à escola, embora talvez ela tenha como principal função a abordagem destes assuntos. Penso que a escola precisa transmitir aos alunos essa referência de comportamentos e valores. Ela precisa apresentar propostas que contribuam para a abordagem de temas que inquietam a sociedade, permitindo que seja possível desenvolver a consciência crítica dos alunos quando tratarem ou vivenciarem esses assuntos.

Parece-me que o caminho mais correto seria o de exercer/praticar efetivamente atitudes que sirvam de modelo para as crianças. Vivenciando os valores corretos em nossas próprias vidas, com o objetivo de que as crianças possam vê-los e, quem sabe, copiá-los em seus próprios estilos de vida, mesmo

sabendo que esse modo de agir não garante em um primeiro momento a prática consciente destes valores por parte das crianças.

Através da bibliografia estudada foi possível verificar o quanto é importante para a formação de uma consciência crítica o exercício da leitura. Enfim, sinto que os livros analisados indicam subsídios para entender valores que circulam na sociedade, gerando um novo olhar para a solução de novas formas de enxergar o mundo. O estudo através destes materiais em sala de aula, dependendo da forma como forem abordados, poderá auxiliar aos educandos a terem uma atuação consciente no ato de serem sujeitos de direitos e deveres criando outras possibilidades de melhorar seus desempenhos na constituição de um mundo melhor.

7 – REFERÊNCIAS

ANTUNES, Walda de Andrade. **Lendo e formando leitores:** Orientações para o trabalho com a literatura infantil. São Paulo: Global, 2006.

BARRETO, Cíntia. Primeiras Palavras. Disponível em http://www.cintiabarreto.com.br/literatura_infantil/primeiraspalavras.shtml, Acesso: 26/05/2011.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CAMPELLO, Ronaldo. **A importância da leitura na formação do cidadão crítico.** Disponível em <http://artigonal.com/educacao-infantil-artigo/a-importancia-da-leitura-na-formacao-do-cidadao-critico-3267507.html>. Acesso em 01/04/2011.

DEMO, Pedro. **Leitores para sempre.** Porto Alegre: Mediação, 2006.

DEMO, Pedro. A criança é um grande pesquisador. Disponível em <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0035.asp> acesso em 27/5/2011.
LA TAILLE, Yves e MENIN, M.Suzana de Stefano (org). **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética:** Dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=75723> Acesso em 07/07/2011.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft.** São Paulo: Ática, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pensamentos de Paulo Freire.** Disponível em http://pensador.uol.com.br/pensamentos_paulo_freire/ acesso em 18/06/2011.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SAVIANI, Demerval. Ética, Educação e Cidadania, Revista nº 15. Disponível em <http://www.portalgens.com.br/porta/images/stories/pdf/saviani.pdf> acesso em 27/05/2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Aprendizagem reconstrutiva.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São

Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=437>, acesso em 24/6/2011.

MOSES, Brian. **“Não fui eu!”**: aprendendo sobre honestidade. São Paulo: Scipione, 2005.

MOSES, Brian. **“E eu com isso?!”**: aprendendo sobre respeito. São Paulo: Scipione, 2002a.

MOSES, Brian. **“Deixa que eu faço!”**: aprendendo sobre responsabilidade. São Paulo: Scipione, 2006.

MOSES, Brian. **“Com licença?”**: aprendendo sobre convivência. São Paulo: Scipione, 2002b.

SIQUEIRA, Eloísa B.G. de. **Informação, imaginário e conhecimento na literatura infantil**: da educação moralizante à formação da consciência do mundo. Caderno Discente do Instituto Superior de Educação- Ano 2, n.2 Aparecida de Goiânia, 2008.

SOARES, Magda. **Livro didático: contra ou a favor?** Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/livro-didatico-contra-ou-a-favor.php> acesso em 26/6/2011

VASCONCELLOS, Celso. Autonomia disciplina mais do que imposições. **Jornal Virtual**, 2ed. 2005. Disponível em: <http://www.pueridomus.br/news/materia4.asp?materia=2> Acesso em 08/07/2011.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

8 - ANEXOS

Capas dos livros Analisados da coleção Valores Editora Scipione

